



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERACAO E EXPORTACAO LTDA

CNPJ/CPF : 07.733.045/0002-03

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : GRANWOLD GRANITOS MUNDIAL MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rodovia BR 251 número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 39570-000 Grão Mogol - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Grão Mogol (LAT) -16.4314, (LONG) -43.2901

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 1415/2020

Motivo da decisão:

Com o exposto no presente Parecer Técnico, com base nas informações constantes no RAS e documentos anexos, conclui-se que o empreendimento não é passível de LAS/RAS e sim de licenciamento convencional, assim como é de competência para análise e emissão da DAIA o órgão detentor do licenciamento. Diante disso, sugere-se o INDEFERIMENTO do processo de Licença Ambiental Simplificada (LAS)/Relatório Ambiental Simplificado (RAS) requerido pelo empreendedor Granwold Granitos Mundial Mineração e Exportação Ltda., para as atividades extração de rocha ornamental e pilha de rejeito/estéril de rocha ornamental, com pretensões de serem exercidas no município de Grão Mogol/MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Montes Claros, 26/06/2020.

Documento assinado eletronicamente por CLESIO CANDIDO AMARAL, Superintendente, em 26/06/2020 19:14 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.